

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam
Conforme caderno de encargos.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços
Conforme caderno de encargos.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos
Conforme caderno de encargos.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos
Conforme caderno de encargos.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos
Conforme caderno de encargos.

III.3) CONDIÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão?
NÃO SIM

Em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas relevantes

III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

NÃO SIM

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Concurso público

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta
B2) Os critérios indicados no caderno de encargos

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante
Processo n.º 597/2007.

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais
 2 0 dias a contar da publicação do anúncio no *Diário da República*.

Custo: 300 euros mais IVA. Moeda: euro.

Condições e forma de pagamento:

Pagamento prévio na Tesouraria do Hospital Distrital de Faro ou envio de cheque para o Serviço de Aprovisionamento do Hospital Distrital de Faro, sito na Praçeta do Azedo Gneco, 17, 2.º, C.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação
 2 0 dias a contar da sua publicação no *Diário da República*

Hora: 17 horas.

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta
 6 0 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas
Conforme caderno de encargos.

IV.3.7.2) Data, hora e local

No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas

Hora: 10 horas. Local: sala de reuniões do Serviço de Aprovisionamento do Hospital Distrital de Faro.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO?

NÃO SIM

VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES

Na secção II ponto II.3) onde se lê «999» deve ler-se que o prazo de concessão é de 5 anos contados a partir da data de abertura da farmácia ao público, não podendo aquele prazo ser prorrogado.

Na secção IV pontos IV.2) os interessados deverão ter em consideração que o critério de adjudicação, nos termos do Decreto-Lei n.º 235/2006, de 6 de Dezembro, é o do valor mais elevado apresentado como parcela variável da renda.

A concessão compreende a adaptação das instalações existentes e a construção de novas áreas visando a instalação, abertura e funcionamento de farmácia de dispensa de medicamentos ao público, bem como o fornecimento, montagem e manutenção dos equipamentos necessários ao funcionamento da farmácia, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 235/2006, de 6 de Dezembro. O contrato objecto deste concurso é celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 235/2006, de 6 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

O anúncio foi enviado para divulgação nas páginas electrónicas do Ministério da Saúde, do INFARMED e do Hospital Distrital de Faro.

* Cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L329, de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limitar europeu.

13 de Agosto de 2007. — A Chefe de Divisão, *Ilda de Jesus Costa*.
2611040963

MINISTÉRIO DA CULTURA

Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P.

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras
Fornecimentos
Serviços

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
NÃO SIM

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P.	À atenção de Director
Endereço Rua de Barata Salgueiro, 39	Código postal 1269-059
Localidade/Cidade Lisboa	País Portugal
Telefone 213596200	Fax 213523180
Correio electrónico cinemateca@cinemateca.pt	Endereço Internet (URL) www.cinemateca.pt

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE

Governo central Instituição Europeia
Autoridade regional/local Organismo de direito público Outro

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.3) Tipo de contrato de serviços

Categoria de serviços 7 4

II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro?

NÃO SIM

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

Aquisição de serviços técnicos de gestão e fiscalização da execução da empreitada de ampliação dos depósitos de filmes do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento.

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

Prestação de serviços de fiscalização da empreitada de ampliação dos depósitos de filmes do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento, consubstanciando-se os trabalhos a prestar na revisão dos projectos da empreitada, na elaboração do respectivo programa de concurso e caderno de encargos, na preparação e no acompanhamento do concurso de lançamento da empreitada e na fiscalização desta.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Rua da República, 11, Quinta da Cerca, Chamboeira, Bucelas.

Código NUTS

PT171 LISBOA E VALE DO TEJO — GRANDE LISBOA.

II.1.9) Divisão em lotes

NÃO SIM

Indicar se se podem apresentar propostas para:
um lote vários lotes todos os lotes

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO
 Prazo em dias **3 4 0** a partir da decisão de adjudicação (para fornecimentos e serviços)

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCIERO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

Para garantir o cumprimento pontual das suas obrigações o adjudicatário prestará uma caução de 5% do montante global da prestação de serviços, com exclusão do IVA, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 71.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Podem apresentar propostas as entidades que:

- a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e cumpram todos os requisitos legais para o exercício da actividade a contratar;
- b) Apresentem situação líquida positiva nos últimos três anos;
- c) Tenham realizado prestações de serviços semelhantes nos últimos três anos.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

- a) Declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número do bilhete de identidade ou de pessoa colectiva, estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa colectiva, a denominação social, número de pessoa colectiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato, objecto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória;
- b) declaração emitida conforme modelo constante do anexo I ao Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da qual conste que o concorrente não se encontra em qualquer das situações previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

- a) Documentos de prestação de contas dos últimos três exercícios findos ou dos exercícios findos desde a constituição, caso tenha ocorrido há menos de três anos;
- b) Cópias das declarações do IRC/IRS apresentadas nos últimos três anos;
- c) Declaração do concorrente na qual indique, em relação aos últimos três anos, o volume global dos seus negócios e dos fornecimentos de bens ou serviços objecto do procedimento.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

- a) Apresentação da lista dos principais serviços de natureza idêntica ao objecto do concurso realizado nos últimos três anos, com identificação das datas e destinatários, comprovados por declaração destes ou, na sua falta e tratando-se de destinatários particulares, por simples declaração do concorrente;
- b) Declaração do concorrente com referência ao número médio anual de pessoal efectivo do concorrente nos últimos três anos;
- c) Currículo da actividade e descrição da estrutura organizacional do concorrente, incluindo lista do pessoal a afectar à execução do contrato, respectivas habilitações literárias e profissionais e funções a desempenhar;
- d) Descrição dos métodos adoptados pelos concorrentes para garantia da qualidade e dos meios de estudo e investigação que utiliza;
- e) Certificado emitido por organismos independentes para a certificação da conformidade do prestador de serviços com determinadas normas de garantia de qualidade.

III.3) CONDIÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão?

NÃO SIM

Em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas relevantes

III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

NÃO SIM

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Processo por negociação com publicação prévia de anúncio

IV.1.1) Já foram seleccionados candidatos?

NÃO SIM

Em caso afirmativo, usar Informações adicionais (secção VI) para informações complementares

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta

B1) Os critérios a seguir indicados

- a) Garantia de boa execução e qualidade técnica — 40%;
- b) Preço da proposta — 40%;
- c) Prazo para a elaboração do programa, caderno de encargos e análise das propostas do concurso de empreitada — 20%.

Por ordem decrescente de importância NÃO SIM

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais

0 0 8 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República.

Custo: 10 euros. Moeda: euro.

Condições e forma de pagamento:

Numerário ou cheque à ordem da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação

0 1 2 dias a contar da sua publicação no Diário da República

Hora: 17 horas.

IV.3.4) Envio dos convites para apresentação de propostas aos candidatos seleccionados

Data prevista **1 8 / 0 9 / 2 0 0 7**

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

ES	DA	DE	EL	EN	FR	IT	NL	PT	FI	SV	Outra - país terceiro
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>							

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO?

NÃO SIM

VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS?

NÃO SIM

Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil

10 de Agosto de 2007. — A Chefe de Repartição, *Maria Helena Oliveira*.

2611040930

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional do Equipamento Social

Direcção Regional de Ordenamento do Território

Anúncio

Entidade contratante — Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Equipamento Social (Direcção Regional de Ordenamento do Território), Direcção de Serviços de Concursos e Contratos, Rua do Dr. Pestana Júnior, 6, C. P. — 9064-506 Funchal. Telefone: (351) 291207200. Fax: (351) 291207385. Endereço internet (URL): www.sres.pt.

Referência do concurso — concurso público n.º 15/2007.

Designação do contrato — concessão de exploração da zona balnear do Garajau e teleférico de acesso.

Local de execução — freguesia do Caniço, concelho de Santa Cruz, Região Autónoma da Madeira.

Duração do contrato — 10 anos a contar da respectiva celebração, renovável nos termos do caderno de encargos.

Condições de participação: as constantes do programa de concursos.

Critério de adjudicação — proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os factores seguintes:

1) Experiência na actividade de exploração de bar/restaurantes — 0,40;

2) Renda mensal proposta — 0,40;

3) Critérios de exploração, estrutura orgânico-funcional, esquema de funcionamento dos diversos serviços — 0,20.

Consulta e aquisição do processo de concurso — o processo pode ser consultado no serviço supra-referido. O custo do processo é de 100 euros (papel) ou 50 euros (formato digital), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (actualmente 15%). O processo será fornecido no prazo de seis dias a contar da data de recepção do respectivo pedido escrito. O pagamento é prévio e será feito por transferência bancária (preferencialmente), numerário ou cheque visado passado à ordem do tesoureiro do Governo Regional da Madeira.

Prazo para recepção de propostas — 17 horas do dia 24 de Setembro de 2007, no local supra-indicado.

Acto público — 10 horas do dia 25 de Setembro de 2007, no local supra-indicado.